

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

ACTA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA

12 DE ABRIL DE 2010

<b>PRESIDENTE</b>	- JOSÉ LOPES SILVANO
<b>VEREADORES PRESENTES</b>	- ANTÓNIO JOSÉ PIRES ALMOR BRANCO - JÚLIA MARIA A. LIMA SEQUEIRA RODRIGUES - MARIA GENTIL PONTES VAZ - MARIA DA GRAÇA FARIA CALEJO PIRES - JOSÉ ASSUNÇÃO LOPES MAÇAIRA - JOÃO MARIA CASADO FIGUEIREDO
<b>SECRETARIOU</b>	- LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA - DIRECTOR DE DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO GERAL E FINANÇAS
<b>HORA DE ABERTURA</b>	- 09 HORAS
<b>ACTA DA REUNIÃO ANTERIOR</b>	- APROVADA POR UNANIMIDADE, DISPENSANDO A SUA LEITURA POR TER SIDO PREVIAMENTE DISTRIBUÍDA A TODOS OS MEMBROS DO EXECUTIVO.
<b>OUTRAS PRESENCAS</b>	- ANTÓNIO MARIA DE CARVALHO - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE URBANISMO E AMBIENTE - JORGE EDUARDO GUEDES MARQUES - DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRA-ESTRUTURAS - MARIA ADELAIDE FERNANDES – DIRECTORA DO DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL (EM REGIME DE SUBSTITUIÇÃO)
<b>LOCAL DA REUNIÃO</b>	- BIBLIOTECA MUNICIPAL, SALA SARMENTO PIMENTEL

ANTES DA ORDEM DO DIA

*Inquérito sobre o trágico acidente.*

----- A Senhora Vereadora Dr.<sup>a</sup> GRAÇA CALEJO disse: Eu tive conhecimento através da rádio nacional, que a Câmara de Mirandela ia abrir um inquérito ao porteiro de serviço da Escola Luciano Cordeiro no dia do trágico acidente.

Gostaria de perguntar se este Executivo tem conhecimento que o porteiro para além de exercer essas funções, também é responsável pela central de telefones da Escola e que enquanto está ocupado na recepção de chamadas o portão fica inevitavelmente à mercê de quem o quer abrir.

Também pergunto se a Câmara tem conhecimento que o porteiro não tinha qualquer relação de alunos com autorização de sair ou de não sair da Escola? Ao contrário do que acontece noutras Escolas. Tinha a Câmara conhecimento também que aquela Escola não tem entrada controlada electronicamente, como têm quase todas as outras Escolas por esse país fora?

O porteiro é um funcionário, e é um funcionário que recebe ordens, o porteiro é o elo mais fraco.

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Já é do conhecimento de todos nós, pois o Ministério da Educação divulgou à comunicação social, que desenvolveu um inquérito que depois de serem ouvidos alguns alunos, professores e funcionários, concluiu que na Escola Luciano Cordeiro não existe bullying, isto porque na maioria dos depoimentos dos alunos é o que consta.

A responsabilidade de tudo o que aconteceu, para o Ministério da Educação é de quem deixou sair os alunos sem qualquer impedimento.

Perante tais factos, o Ministério tirou uma certidão do processo para enviar para a Câmara em relação ao porteiro apenas. Isso obriga a que com a referida certidão a Câmara, como é juridicamente a entidade que tutela o pessoal não docente, de obrigatoriamente abrir um inquérito ao mencionado porteiro.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

ORDEM DO DIA

**01 – Órgãos da Autarquia.**

**01/01 – Informação do Senhor Presidente.**

----- O Senhor PRESIDENTE disse: A próxima Assembleia Municipal irá ser realizada dia 30 de Abril.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**01 – Órgãos da Autarquia.**

**01/02 – Informação Financeira.**

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, sob proposta do Senhora Vereadora Dr.ª Maria da Graça Faria Calejo Pires, considerando que o intuito é o conhecimento actual da Dívida da Câmara Municipal, cumpre informar o seguinte:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
1.º Saldo transitado de 2009	205.106,55
2.º Receita cobrada de 01 de Janeiro a 31 de Março	3.956.039,99
3.º Despesa paga de 01 de Janeiro a 31 de Março	4.125.822,62
4.º Saldo de Tesouraria em 31 de Março	29.937,90
5.º Dívida a Instituições Bancárias a 31 de Março	9.332.166,71
6.º Dívida a Fornecedores e empreiteiros em 31 de Março	8.561.050,56

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**01 – Órgãos da Autarquia.**

**01/03 – Aprovação da Acta de 29 de Março.**

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a acta da reunião do passado dia 29 de Março.

**02 – Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2009 – CMM.**

----- Foram presentes os documentos de Prestação de Contas, referentes à Gerência de 2009, organizados em conformidade com o POCAL e de acordo com a resolução n.º 4/2001-2.ª secção, do Tribunal de Contas, os quais se dão por reproduzidos.

Deste documento consta uma "Introdução" elaborada pelos Senhores Membros do Executivo em permanência do PSD, do seguinte teor:

"O Município de Mirandela tem sido o motor de um desenvolvimento harmonioso e sustentável em todo o concelho. A qualidade de vida de um Concelho é directamente proporcional ao grau de satisfação dos seus habitantes. Neste contexto, a principal tarefa da Câmara Municipal é responder com soluções eficazes aos problemas concretos dos cidadãos. Administrar um concelho com a dimensão e as características culturais e socio-económicas que Mirandela apresenta, em pleno século XXI, faz-nos deparar todos os dias com novos problemas e desafios. Esta motivação faz-nos entender o cidadão como um cliente do Município, com os respectivos direitos e deveres, o que nos leva a procurar cada vez mais, um patamar de qualidade e excelência no nosso dia-a-dia. Nos dias que correm, é também importante sermos membros activos e diversificados na sociedade que nos rodeia para desta forma podermos otimizar os recursos que temos à nossa disposição.

A actividade autárquica não pode ser analisada numa perspectiva isolada, ou seja, sem ter em linha de conta todos os factores que, de forma directa e indirecta, influenciam a sua acção e, por consequência, os objectivos que se pretendem alcançar, traduzidos na melhoria da qualidade de vida de todos os munícipes e na promoção e afirmação no contexto regional e nacional da nossa terra.

Nas Grandes Opções do Plano para 2009, figuravam já como objectivos, linhas mestras que davam corpo ao desafio de consolidar a posição de Mirandela no contexto regional e nacional com qualidade ambiental e de vida, acessível, socialmente equilibrada, dinâmica e acolhedora, aberta e com grande actividade cultural, melhorando os níveis de eficiência e eficácia das intervenções públicas, definindo objectivos globais concretos que se traduziam em promover o desenvolvimento económico do concelho; promover as qualificações escolares e profissionais da população e a inclusão social; promover a valorização do concelho; orientar a acção da autarquia na promoção do bem-estar social e cultural; reforçar o apoio às associações culturais e desportivas e intensificar o apoio às associações juvenis, numa acção concertada e articulada de desenvolvimento integrado do concelho. Olhar para as pessoas sem nunca perder de vista o posicionamento estratégico do concelho na região, foi a principal aposta do executivo e a linha condutora da sua actuação no decorrer deste exercício económico. Findo o ano de 2009 e no exercício da Prestação de Contas, verificou-se que foram cumpridas e alicerçadas as estratégias de desenvolvimento do concelho no contexto regional e nacional.

É no entanto nosso entendimento, que muitas das políticas referidas só serão uma realidade continuada se houver meios financeiros com financiamento comunitário que as sustentem. Nesta medida o nosso município fez ao longo de 2009 o trabalho de casa, ou seja, estando num período de transição de quadros comunitários, elaborámos e apresentámos candidaturas aos vários quadros comunitários nas mais diversas áreas e cujo valor total ascende a cerca de 35.000.000,00€. Estes projectos vão desde as acessibilidades à educação, do património à modernização administrativa e apoio ao munícipe, do ambiente ao turismo, da energia ao desporto, da protecção civil ao urbanismo, da inovação à regeneração urbana.

Projectos que se materializaram nas candidaturas:

- ecoCITRAS – Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás-os-Montes,
- tuaMirandela – regeneração urbana do centro histórico,
- Piscina Municipal de Mirandela – Eficiência Energético-Ambiental e Sistemas Energéticos Sustentáveis.

- Mirandela ecoXXI – Ambiente Urbano.
- Reabilitação e Adaptação do Cineteatro Municipal de Mirandela.
- SAMA. Modernização Administrativa e Relação com o Município.
- Pavimentação da Estrada Municipal de Ligação entre a E.N. 15 e a E.N. 314, passando por Avidagos.
- Beneficiação da E.M. 560, da E.N. 15 aos Avantos e da E.M. 561, dos Avantos a Alvites.
- Piscinas Recreativas da Torre D. Chama.
- Campeonato do Mundo de Jet Ski.
- Festa Internacional da Geografia.
- Candidatura à Constituição de uma Equipa de Sapadores Florestais.
- Planear para Prevenir.
- Seis caminhos agrícolas

Apesar do ano de 2009 ter sido, politicamente uma ano atípico, uma vez que se realizaram três eleições, o Município de Mirandela não esteve parado, muito pelo contrário, elaborou, apresentou ou liderou a estruturação de uma série candidaturas que a serem aprovadas em muito contribuirão para que todos tenhamos melhor qualidade de vida aqui.

A apresentação deste relatório de contas, em vez de ser um fim em si, é pelo contrário o começo de um novo ciclo, uma vez que, continuamos a ter o trabalho de casa realizado, conforme já foi referido anteriormente com a lista das candidaturas apresentadas. Nestas matérias, madurar é preciso.

O investimento realizado ao longo do ano de 2009 privilegiou a obra social, associativa e corporativa, pilares essenciais na constante luta para ultrapassar a actual conjuntura nacional e internacional. Pensando no desenvolvimento sustentado do Município a acção deste executivo não se limitou apenas a infra-estruturas básicas, mas preocupou-se também com o desenvolvimento social, cultural e educacional. Num contexto de globalização, são colocados novos desafios aos autarcas e estes tem de definir quais as prioridades. O poder local tem cada vez mais importância no desenvolvimento de territórios atractivos, para o turismo e iniciativa empresarial, num contexto de globalização em que é necessário pensar globalmente e agir localmente. Os Municípios devem assumir um papel facilitador e regulador do desenvolvimento integrado da economia concelhia competindo-lhe ainda o papel de garantia de equidade e de equilíbrio ambiental. Mirandela é um espaço em constante e profunda mutação. Grandes obras se iniciaram em 2009, quer na sua construção, quer na sua implementação e estão ainda em curso: a nova esquadra da PSP, o Hospital Terra Quente, a clínica de Hemodiálise, o Museu da Oliveira e do Azeite, a Ecoteca, o novo Centro Escolar, entre outras grandes obras estruturantes. Estas transformações positivas, de grande impacto no território e que valorizam Mirandela, reforçam, por seu lado, a necessidade de novas opções e respondem aos desafios colocados e de reequilíbrio do seu território.

Muitas das necessidades e problemas dos Municípios foram identificados e resolvidos, devido à política de proximidade e disponibilidade de todos os recursos do Município. A continuada boa imagem que o município mantém, é fruto do forte empenho de todos os funcionários dos vários sectores da Câmara Municipal de Mirandela e das muitas intervenções realizadas por administração directa. O valor gasto em materiais destinados a estes trabalhos representou no ano de 2009 perto de 1.000.000.00€, não incluindo este valor os custos com o pessoal, o que quer dizer que há muitas obras realizadas sem recorrer a concursos lançados pela Câmara Municipal.

De forma a promover o desenvolvimento sustentável do concelho é necessário articulação e equilíbrio entre o respeito pelo meio ambiente, a equidade e justiça social e o equilíbrio económico promovendo cada vez mais o envolvimento da população, cada vez mais consciente dos problemas ambientais e exigente no bem – estar. Adoptámos medidas preventivas de degradação ambiental, criando equidade intra e inter – gerações, de forma a assegurar a melhoria da qualidade de vida da população em geral, no presente e no futuro. Busca-se desta forma uma melhoria contínua que consiste num processo de acção imediata e progressão continuada, respondendo facilmente aos problemas que vão surgindo. Outra preocupação reside na integridade ecológica, pela protecção da biodiversidade e manutenção dos principais processos ecológicos.

As autarquias nas regiões mais desfavorecidas, como é a nossa, não são já só as criadoras e disponibilizadoras das infra-estruturas para melhorar as condições básicas dos seus habitantes, elas são também fundamentais nas medidas que tomam, nas iniciativas que têm ou nos investimentos que fazem com o objectivo da qualificação do quadro de vida das pessoas e das condições de desempenho das empresas e do conjunto dos actores económicos, tendo em vista a melhoria das condições de atractividade do município no contexto da região.

Torna-se cada vez mais importante a capacidade de fixar pessoas no concelho, bem como atrair outras, seja pela via turística ou profissional. Consciente também do seu papel dinamizador da sociedade no Concelho, o Município continuou a apoiar fortemente a instalação de estruturas e serviços que criam riqueza sustentável. É exemplo disso a recente instalação da ARH na nossa cidade, cuja obra de adaptação do espaço, se desenrolou no ano de 2009 e a constituição de um pólo da CIM (Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes) que funciona nas instalações da Associação de Municípios da Terra Quente.

O acentuar da prolongada crise económica, a que se juntou uma das mais graves crises financeiras mundiais de sempre, abalou de forma clara os níveis de confiança de investidores e consumidores, o que se traduz, objectivamente, num refreamento ou recessão da economia, com as necessárias consequências aos mais diversos níveis, e também ao nível autárquico, por via da estagnação ou mesmo redução das receitas directamente relacionadas com a dinâmica da sociedade. Os impostos directos ou indirectos diminuíram significativamente.

Também porque, tal como outros, pensamos que o investimento na área do município e em obras municipais contribuiu de uma forma decisiva para ajudar a resolver a grave crise económico e financeira e porque queremos estar na primeira linha no apoio à resolução destes graves problemas é que continuámos a investir fortemente no nosso concelho. Sabemos que são decisões difíceis de levar por diante, julgamos no entanto que pior para os nossos cidadãos seria não as tomar.

Defendemos que mais importantes do que os números e as taxas são os projectos, as realizações e a satisfação das populações. E neste sentido, o exercício de 2009 demonstra investimento, acção e preocupação em todos os domínios do desenvolvimento sustentado e sustentável: apostámos na qualificação escolar e profissional das nossas populações; reforçámos a coesão social; reforçámos a qualificação do território e dos centros urbanos; apoiámos fortemente as associações e colectividades do concelho; intensificámos as dinâmicas com a população juvenil; alicerçamos parcerias e redes intermunicipais e inter-regionais como garante de uma política de desenvolvimento concertada nos grandes desígnios regionais e nacionais. O exercício económico

de 2009 ficou marcado por projectos e acções que marcarão para sempre a história do concelho de Mirandela. Os investimentos em curso e em desenvolvimento e as potencialidades da estratégia garantirão um novo destino turístico ao concelho e à região.

A estratégia de desenvolvimento defendida pelo executivo assentou na educação, na logística, no desporto, no turismo e na saúde e bem-estar; áreas estratégicas de desenvolvimento e nas quais o concelho apresenta clara vantagem competitiva. Foi neste sentido que empenhámos grande parte do orçamento de 2009 e é com orgulho que afirmamos que atingimos os objectivos propostos. Com base na análise dos documentos, investimos em todas as áreas de intervenção, reforçámos o bem-estar e a qualidade de vida das nossas populações e garantimos as condições necessárias para responder aos grandes desafios. O concelho de Mirandela apresenta os melhores indicadores de qualidade de vida e bem-estar social da região, excelentes níveis de crescimento e constata-se, dia após dia, melhores níveis de resposta a toda a população: excelentes níveis de acolhimento em todas as freguesias com respostas sociais, culturais e desportivas de qualidade ao alcance de todos. Este é o grande objectivo deste executivo – garantir a qualidade de vida dos seus munícipes, a sua segurança e o bem-estar, apostando no futuro e nas novas gerações.

Deverá ser referido o apoio à construção do Lar do Romeu, de um equipamento da Santa Casa da Misericórdia, da funcionalidade da Igreja de N.ª S.ª da Encarnação e da manutenção e restauro de várias Igrejas, símbolos insofismáveis de património religioso concelhio.

Na área da educação, área de primeiríssima importância estratégica para nós, da qual o rosto é o novo Centro Escolar, onde em 2009 já investimos 300.000,00€, destacamos ainda as iniciativas do fornecimento de refeições às crianças dos Jardins de Infância e aos alunos do 1.º ciclo do ensino básico públicos e a implementação de actividades extracurriculares. Destaca-se também, a resposta social que visa apoiar as crianças/famílias em situações de dificuldade, o alargamento da actividade física e desportiva, bem como a expressão musical a vários jardins-de-infância do concelho, entre outras.

No actual ano lectivo está também a ser promovida formação ao pessoal de apoio às escolas na área do nutricionismo, no sentido de promover junto dos alunos a prática de uma alimentação saudável. Para além disto, o Município efectuou e continua a efectuar um acompanhamento local nos estabelecimentos de ensino, permitindo a compreensão e a avaliação do serviço de distribuição de refeições, identificando eventuais falhas quer ao nível do funcionamento da cantina, quer da sala de refeições. Simultaneamente elaborou-se uma ferramenta de auscultação sob a forma de registo que permitiu uniformizar a avaliação da qualidade do serviço de refeições prestado nas escolas. De salientar que o apoio às escolas nas vertentes de refeições e transportes, continuou a ser um dos investimentos desta Autarquia, como vector fundamental de apoio social.

O ano de 2009 foi também o ano da estabilização da relação funcional com os munícipes, com os turistas e com os Jovens.

Muito do desempenho dos serviços municipais é reflectido nos locais de apoio ao munícipe, nesse sentido, o GAM – Gabinete de Apoio ao Munícipe, o Posto de Turismo e a Loja Ponto Já, são a “cara” de uma “máquina” cada vez mais ao serviço daqueles que nos procuram e que em muito contribuíram para a boa imagem que os Munícipes têm hoje de nós. Tal deve-se também a uma gestão rigorosa dos recursos humanos e financeiros e a sua afectação selectiva e criteriosa.

Uma das principais prioridades do Município foi também a modernização da administração municipal e aproximação aos cidadãos, pelo que residiu neste tema, um grande esforço interno da Autarquia, pois, e após abertura do Gabinete de Apoio ao Munícipe em Outubro de 2008, tornou-se de extrema importância no ano de 2009, a constante aposta na qualificação dos colaboradores da Autarquia, bem como o transportar da realidade de front office para toda uma nova concepção de modernização administrativa com reflexo no back office transversal a toda a estrutura autárquica.

No plano de combate à crise, aos incentivos municipais de emprego e à exclusão social, a Câmara Municipal reduziu os seus impostos municipais, IMI, IMT e prescindiu dos 5% que lhe competem na participação variável da Taxa de IRS. Também em contrapartida, realizou muito investimento público para relançar a economia e criar postos de trabalho. Esta foi uma medida emblemática para quem se preocupou com a coesão social.

Também nas sociedades e empresas que a Câmara Municipal é parceira, se desenvolveu um trabalho de grande utilidade e esforço financeiro, conforme apontam os relatórios de gestão. Referimo-nos ao Metro Ligeiro de Mirandela, ao Complexo Agro-Industrial do Cachão, sociedades anónimas participadas pela Câmara Municipal. Também o Hospital Terra Quente teve 10% de participação da Câmara Municipal de Mirandela.

O que aqui foi dito constitui a matriz da gestão municipal, deste Executivo Municipal em permanência, na certeza de que este é o único caminho para que o nosso Município possa encarar de forma pró – activa e responsável o exercício das suas competências e prosseguir, de forma sustentada, as políticas de desenvolvimento municipal, dentro dos limites da lei e sem comprometer o futuro.

No âmbito das competências da Câmara Municipal, preconizadas no n.º 2 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, os documentos constantes foram elaborados em conformidade com o Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Os resultados aqui apresentados representam o forte empenho dos órgãos do Município: Câmara Municipal e Assembleia Municipal, bem como, Juntas de Freguesia, Gabinetes de Apoio e de todos os trabalhadores que abnegadamente contribuíram para a concretização dos objectivos municipais.”

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 4 votos a favor dos membros do PSD e 3 votos contra, sendo 2 dos membros do PS e 1 do membro do CDS/PP:**

- 1 – Aprovar os documentos de Prestação de Contas e Relatório de Gestão de 2009 da Câmara Municipal, nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;**
- 2 – Submeter esta deliberação à apreciação e votação da Assembleia Municipal, nos termos do indicado preceito e ainda alínea a) do n.º 6 do art.º 64, alínea c) do n.º 2 do art.º 53 e n.º 2 do art.º 49, todos da mencionada Lei.**

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES fez a seguinte declaração de voto:

“Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2009

A Prestação de Contas e Relatório de Gestão 2009 para o Município de Mirandela, descreve na sua essência toda a actividade autárquica, sendo de lamentar que apesar do empenhamento dos funcionários da Câmara Municipal, se verifique de forma continuada uma ausência de planeamento e implementação de políticas na gestão Municipal do executivo em permanência do PSD. Do trabalho realizado no Município, sublinhamos de forma positiva, os seguintes aspectos:

- 1- A materialização de candidaturas aos vários quadros comunitários;
- 2- Definição de objectivos globais concretos que visam promover o desenvolvimento económico do concelho;
- 3- Orientar a acção da autarquia na promoção do bem-estar social;
- 4- Reforçar o apoio às associações culturais e desportivas e intensificar o apoio às associações juvenis.
- 5- Adotar medidas preventivas de degradação ambiental, criando equidade intra e inter-gerações, de forma a assegurar a melhoria da qualidade de vida da população.
- 6- Privilegiar a preocupação na integridade ecológica, pela protecção da biodiversidade e manutenção dos principais processos ecológicos.

Outras referências poderão ser feitas, pois o trabalho de um Município não se limita somente a estes pontos, no entanto, um dos aspectos mais importante consiste na análise da execução orçamental do proposto para o ano 2009.

E nesta análise o que se verifica-se uma vez mais o empolamento do orçamento, pois para:

- Receita com Dotação Corrigida de 46.136.159,81 € executou-se 23.909.312,77€ o que corresponde um grau de execução de 51,82 %;
- Despesa com Dotação Corrigida de 46.136.159,81 € executou-se 23.704.206,22€ o que corresponde um grau de execução de 51,38 %;

É muito importante reflectir sobre alguns indicadores:

- Um decréscimo para os impostos directos de -25,82%, impostos indirectos -68,42 %, Taxas e multas e outras penalidades -26,19 % e -17,20% para vendas de bens e serviços correntes.

Daqui pode concluir-se que houve um decréscimo da actividade económica, o que resulta de más Políticas (inexistentes) de desenvolvimento económico do concelho.

Nas Despesas correntes, pela análise comparativa dos Anos de 2008 e 2009, cresce a despesa com pessoal em cerca de 24,45 %, não sendo mais do que crescer sem qualquer planeamento sobre as reais necessidades da estrutura Camarária, e cresce o valor de subsídios 88,52 %, sem que se veja a sustentação deste aumento a não ser que seja decorrente do facto de no ano 2009 ter sido o ano da eleição autárquica.

Se olharmos atentamente para o quadro anterior, que resume o Comparativo na despesa Corrente 2008/09 verificamos, que houve um acréscimo em todas as rubricas, mas o que está análise pretende evidenciar é o facto de a diferença entre despesa facturada e despesa paga ter um acréscimo de 108,42 %, facto que se deve maioritariamente ao crescimento da rubrica aquisição de Bens e Serviços.

Em relação as Receitas de Capital como era espectável mantêm-se a mesma ordem de grandeza, isto é, continuam a ser 1/3 do previsto já em dotação Corrigida, dado que nestes dois anos, 2008 e 2009 o Município contraiu dois "empréstimos", cada um no valor de 3.000.000,00 €, caso o não tivesse efectuado esta relação seria de 1/4, isto é, continua-se a empolgar a receita, sabendo que não será possível chegar a valores próximos do Previsto em Orçamento.

Verifica-se que as receitas de Capital são 35,92 % que é um valor inadmissível, mas que vem no seguimento da política orçamental do executivo PSD da Câmara Municipal, que é de empolar e prometer projectos e obras que sabe que não vai ter capacidade de realizar e que vai adiando consecutivamente, não sendo mais do que uma mão cheia de promessas e outra de coisa nenhuma.

Como conclusão a este Relatório de Gestão 2009, verifica-se a continuação das Políticas de anos anteriores, mesmo com o recurso a empréstimos no valor de 6.000.000,00 €, a situação financeira do Município manteve-se inalterada.

Para finalizar apresentam-nos uma execução de cerca de 50 % sendo que 80 % são nas receitas / Despesas Correntes e 35 % nas receitas / Despesa de Capital.

Daqui resulta que o futuro de Mirandela é preocupante porque na parte que mais directamente tem a ver com o futuro que é o investimento, Receitas/Despesa de Capital verifica-se uma incapacidade continuada deste executivo em cumprir aquilo que promete aos Mirandelenses.

Por todas estas razões, os vereadores do PS votam contra com declaração de voto."

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Nos números apresentados sobre a redução dos impostos directos e indirectos da Câmara Municipal, está demonstrado que o Executivo despenalizou os munícipes numa altura de crise e de apoio social.

Em relação aos empréstimos, o PS fez uma análise errada sobre o ano de 2009, pois, em 2009 a Câmara Municipal só contraiu um empréstimo de três milhões de euros.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO fez a seguinte declaração de voto:

"Este relatório de prestação de contas reflecte a estratégia eleitoralista deste executivo em permanência e demonstra total ausência de preocupação com a contenção de despesas.

Vejamos, objectivamente, o que nos dizem os números:

Relativamente à receita global alcançada em 2009 no valor de 23.909.312 euros, com um grau de execução de 51,82%, deve-se ao facto desta câmara ter contraído um empréstimo extraordinário de 3.000.000 de euros para pagar dívidas a fornecedores. Se excluirmos o referido empréstimo de 3.000.000 a receita global apenas seria de 20.909.312 euros, pelo que alcançaria apenas uma taxa de execução de 45,2%, o que resultaria num valor inferior ao de 2008.

Se esmiuçarmos a receita de capital, cujo valor de previsão corrigida com inúmeras modificações orçamentais foi de 28.803.000 euros, verificamos que esta câmara apenas alcançou 9.580.000 euros, com um grau de execução de 33,3%. Se excluirmos, de novo, o tal empréstimo extraordinário dos 3.000.000 de euros, a receita de capital ficar-se-á pelos 6.580.000 euros. Um valor inferior a 2008, o que não reflecte a argumentação apresentada na introdução deste relatório.

No que concerne ao mapa de controlo da despesa constatamos que do investimento capital corrigido de 23.942.209 euros apenas foi conseguido o baixo valor de 8.600.989 euros. Comparativamente a 2008 as despesas de capital diminuíram em cerca de 1.900.000 euros.

Relativamente às despesas correntes, os 16.086.000 euros inicialmente previstos passaram, com as sucessivas modificações orçamentais, para 22.193.000 e no final verifico que a sua execução financeira se quedou pelos 15.103.000 euros, valor este inferior ao inicialmente previsto. Importa também referir que, para além do valor supra-citado, a câmara ainda ficou com compromissos por pagar no montante de 3.489.000 euros. Ou seja, as despesas correntes para 2009 atingiram o valor recorde de 18.592.990 euros.

Lamentavelmente, a dívida a fornecedores e empreiteiros foi de 8.240.317 euros. Considerando a grave crise que atravessamos, o reduzido poder de compra das famílias e a diminuição do volume de negócios, se a câmara não paga os seus compromissos, atempadamente, contribui ainda mais para agravar, a já de si débil, situação financeira de fornecedores e empreiteiros que têm compromissos com esta autarquia.

Em adição, verifico que a dívida à banca, em empréstimos a médio e longo prazo no valor de 11.783.834 euros, quase esgotou o limite de endividamento desta câmara, condicionando e comprometendo o futuro financeiro durante os próximos 20 anos.

Não tendo o CDS/PP concordado com o orçamento previsto para 2009, o qual, como antevíamos, uma vez mais ficou muito aquém dos seus objectivos, tal como provam os números deste relatório, a vereadora do CDS/PP vota contra.”

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Se a Senhora Vereadora frisou no início da declaração que foi um ano eleitoralista, não percebo como acaba por dizer que houve uma diminuição do investimento de capital em cerca de dois milhões de euros, ou seja, se é um orçamento eleitoralista, não percebo como é que se gastou menos em obras.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: É prática comum em termos de Pocal, nas receitas de capital serem retirados os passivos financeiros?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que não.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: No ano de 2009, a receita de capital, bens de investimento temos o valor de trezentos e noventa e quatro mil seiscientos e quarenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos, que valor é este?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que esse valor seria de juros de capital ou de aplicações financeiras. São receitas que não são directamente relacionadas com a actividade. Refere-se a receitas que não estão tituladas na aplicação do Pocal.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Esse valor refere-se à venda do terreno do Hospital Terra Quente S.A..

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Nós na última reunião de Câmara aprovamos um pedido de subsídio para a Santa Casa da Misericórdia de Mirandela, no valor de duzentos e trinta e dois mil euros, eu pretendia saber o seguinte, aqui na relação de encargos assumidos e não pagos, temos um valor de noventa e seis mil euros, ainda não foram pagos?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: O valor que consta aí não é referente a esse subsídio, o que estamos a aprovar são as contas de 2009.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: Estes noventa e seis mil euros é uma dívida de quê?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: É de refeições.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Este pagamento do subsídio, é um pagamento para refeições?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: Não.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Na última reunião de Câmara, foram pedidos esclarecimentos sobre o valor do subsídio atribuído à Santa Casa da Misericórdia.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: E foi dito que era para investimentos.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES perguntou: Mas a Câmara deve ou não deve dinheiro à Santa Casa?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Deve, o dinheiro das refeições do ano de 2010.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES perguntou: Quanto?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: Cerca de quinze mil euros.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: A questão é esta, se foram alegadas dificuldades financeiras, o mais lógico seria o pagamento da Câmara.

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA disse: Mas já foi. A Santa Casa fornece-nos refeições na ordem dos sessenta mil euros mensais e o que lhes devemos são cerca de quinze mil euros neste momento.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: A questão é esta, se foram alegadas dificuldades financeiras, qual é o valor da dívida da Câmara Municipal à Santa Casa?

----- O Senhor Vereador Dr. JOSÉ MAÇAIRA respondeu: Neste momento cerca de quinze mil euros.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Eu estou a entender, mas este valor de subsídio é dado para investimentos, mas que investimentos? É que isto já vem da reunião anterior.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Na reunião anterior já foi explicado para que investimentos foi atribuído o subsídio.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: É que no pedido também fala que a "mesa administrativa atenta à gravidade dos problemas sociais, não podia ficar indiferente ao constatar a possibilidade de se construírem dois equipamentos fundamentais, cuidados continuados e uma unidade de saúde privada denominada Hospital Terra Quente".

Esta quota que a Santa Casa tem no Hospital Privado, foi atribuída pelos outros sócios, não pela Câmara Municipal?

O que eu queria perguntar é se no subsídio que aprovamos na passada reunião de Câmara, está incluído o valor da quota da Santa Casa no Hospital Terra Quente S.A.?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: No subsídio que foi atribuído não está nenhuma quota da Santa Casa da Misericórdia, esse subsídio é: A Santa Casa pede esse valor para um conjunto de projectos e aplica a verba onde quiser.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: O pedido de subsídio da Santa Casa e já o foi dito na última reunião de Câmara, que o ofício da Santa Casa era muito vago, não discrimina as situações. Portanto, se inclui os 10% da quota que a Santa Casa tem no Hospital Privado e que foi dado pelos sócios todos, ou seja, a quota foi dada pelos sócios todos do Hospital Privado.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Isso é o que a Senhora Vereadora está a dizer.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Foi o que foi dito pela Santa Casa. Esta atribuição de subsídio é uma forma encapotada de dar os 10% de capital à Santa Casa?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Essa pergunta terá de a fazer à Santa Casa.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: Não tenho que perguntar à Santa Casa, quem atribui o subsídio é a Câmara Municipal. O que está em causa é se neste subsídio está incluída a quota de atribuição da Câmara do Hospital Privado ou não?

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Eu confio na gestão da Santa Casa e na aplicação correcta do subsídio.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Se me permitem a minha intervenção, é o subsídio mais vazio que até hoje vi da parte da Santa Casa. Qualquer outro subsídio que foi atribuído por esta Câmara à Santa Casa, tinha de facto os motivos que levavam a instituição a fazer o pedido.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: O que eu entendo é que numa política correcta de gestão a Câmara Municipal, com conhecimento antecipado de todos os projectos, poderia garantir qual a comparticipação e quais os projectos contemplados, e por outro lado as instituições de solidariedade social deveriam ter um pouco mais de contenção nos investimentos, porque o investimento materializado em obras, não pode por em risco a perda de postos de trabalho.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: Mas se não for o Executivo a fazê-lo mais problemas sociais vão existir.

### **03 - Relatório e Conta de Gerência de 2009 – SMA.**

----- Foi presente o ofício n.º 125 de 22/03/2009, referente à informação 7/SMA de 10/03/2009 a anexar ao Relatório e Contas de Gerência de 2009 e a correspondente deliberação que é do seguinte teor:

"DELIBERAÇÃO: Depois de devidamente analisados, o Relatório, o Balanço e as Contas do Exercício de 2009. O Conselho de Administração, deliberou por unanimidade:

- a) Aprovar a conta de Gerência relativa ao ano de 2009, bem como o Relatório;
- b) Submeter à aprovação da Assembleia Municipal através da Câmara Municipal."

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Quando há mais receitas correntes do que despesas correntes já é bom.

Alguns munícipes têm verificado muitos picos de pressão e que são reflectidos já em alguns arruamentos, nomeadamente na zona do Retiro da Princesa, na zona da Rotunda das Pirâmides e junto a linha do comboio, toda aquela questão do pavimento são perdas consideráveis de água na conduta.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que houve uma avaria, não é uma perda contínua.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: O que eu estou a dizer é que se têm verificado alguns picos de pressão, nomeadamente em algumas horas do dia e uma das provas mais evidentes é quando as pessoas têm as torneiras um pouco mais degradadas estas acabam por começar a pingar. Esta situação não se compreende, dado que as condutas são novas e já estão a rebentar.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que em relação à avaria não foi um problema das condutas, foi um conjunto de T.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Todos os rebentamentos que têm havido na cidade tem a ver com esse problema dos T?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que alguns têm a ver com esse problema, outros não. A rede de águas está constantemente em pressão, o que gostaríamos de conseguir seria prever todas as avarias, já estamos a trabalhar para isso. Temos um projecto em que a parte do estudo científico é feita pelo Instituto Piaget e a parte técnica depois será implementada por nós. É um sistema chamado Expanet, é feito um estudo hidráulico de toda a rede e nós no âmbito das candidaturas Mirandela XXI, acções inovadoras de ambiente urbano, iremos colocar um sistema de detecção de pressão num conjunto de pontos que são identificados por esse estudo e que nos permite detectar essas oscilações de pressão e também detectar perdas em troços identificados. Estamos neste momento a fazer isso, durante o próximo ano julgo estar implementado, o que vai permitir para além da utilização de válvulas telecomandadas, iremos utilizar pressómetros e elementos de detecção de qualidade da água, os quais são detectados através da utilização da rede de fibra óptica.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Em relação a este erro de previsão, venda de bens e serviços, menos um milhão cento e noventa e sete mil euros, qual a justificação?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Esse cálculo foi efectuado, com base em aumentos de taxas em 2009, esse aumento não se verificou. Dai essa diferença no valor da previsão de venda de bens e serviços.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Também refere aqui que existem receitas por cobrar em 31 de Dezembro de 2009, no valor de trezentos e noventa mil trezentos e trinta e oito euros. Isto tem a ver com dificuldades no pagamento das dívidas fora de prazo?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: Esse valor refere-se a dívidas fora de prazo.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: Mas isto não é um indicador que existem sérios problemas financeiros?

----- O Senhor PRESIDENTE respondeu: É evidente que existem algumas dificuldades de pagamento.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: É uma quantia elevada e revelador o número de problemas sociais que estão por resolver.

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção da Senhora Vereadora do CDS/PP, Dr.ª Graça Calejo:**  
**1 – Aprovar o Relatório e Conta de Gerência dos SMA relativo ao ano de 2009;**  
**2 – Submeter esta deliberação à aprovação da Assembleia Municipal.**

#### ***04 - Inventário da Autarquia – 2009.***

----- Foi presente, para cumprimento do disposto no n.º 2 do art.º 49º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, o documento de Inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação, do Município/2009, à data de 31 de Dezembro e que, para todos os efeitos, aqui se dá por integralmente transcrito.

Tendo em conta o disposto no mencionado preceito, na alínea c) do n.º 2 do art.º 53º, alínea e) do n.º 2 e alínea a) do n.º 6, ambas do art.º 64º, todos da referida Lei, torna-se necessário proceder à respectiva votação e posterior apreciação pela Assembleia Municipal.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: Não há cotação para o património, no caso de edifícios, como por exemplo escolas?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que podem ainda não estar no domínio privado. Para o domínio público não há cotação.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES disse: À semelhança da Câmara, acho que muitas instituições públicas têm feito um esforço enorme para fazerem todos os registos de todos os bens e é de louvar o trabalho dos funcionários que estão a fazer este serviço, uma vez que é partir do zero e começar a inventariar tudo, é realmente um esforço acrescido. Mas é uma mais valia em termos de futuro.

----- O Senhor PRESIDENTE disse: É um trabalho que não tem sido nada fácil.



**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, conforme proposto:

- 1 – Aprovar o Inventário da Autarquia de 2009, de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação nos termos da alínea e) do n.º 2 do art.º 64 da Lei 169/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro;
- 2 – Submeter o referido documento à apreciação e respectiva avaliação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea a) do n.º 6 do art.º 64º, alínea c) do n.º 2 do art. 53º e n.º 2 do art. 49º, todos da mencionada Lei.

**05 - Protocolo entre a Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho Museu do Douro e a Câmara Municipal de Mirandela.**

----- Foi presente um ofício com entrada n.º 7361 de 01/04/2010, com o seguinte teor:

“Exma Senhora Vereadora:

Na sequência de v/ E-mail de 11 do corrente mês, enviamos em anexo a V. Ex.ª, Protocolo reformulado, em duas vias, o qual substituirá o anteriormente subscrito, estabelecido entre essa Câmara Municipal, o Museu de Douro e a nossa Associação, para as *Comemorações do Centenário da República*.

Solicitamos que V. Ex.ª proceda à subscrição do mesmo e nos remeta uma via.

Com os mais respeitosos cumprimentos, subscrevemo-nos.

Atenciosamente.

Anexo: 2 vias do Protocolo entre Câmara Municipal, Museu do Douro e Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho.”

----- Foi presente um Protocolo de 06/01/2010, com o seguinte teor:

“PROTOCOLO

ASSOCIAÇÃO CÍVICA E CULTURAL ANTÃO DE CARVALHO

MUSEU DO DOURO

CÂMARA MUNICIPAL DE MIRANDELA

Projecto: Celebrações do I Centenário da República – Republicanos Durienses E Transmontanos

**PREÂMBULO**

Em 2010, Portugal mobiliza-se para as "Comemorações do Centenário da República", sob os auspícios da Comissão Nacional. Em parceria, a de Associação Cívica e Cultural Antão Carvalho (ACCAC) e o Museu do Douro (MD) participam nelas com o Projecto *Celebrações do I Centenário da República – Republicanos Durienses e Transmontanos*.

Nele procuram envolver Autarquias e Escolas, contando já com o apoio da Comissão Nacional, da Delegação Regional da Cultura do Norte e dos Governos Cívicos da Região.

**DESENVOLVIMENTO**

A Associação Cívica e Cultural Antão de Carvalho, representada pelo seu Presidente, José Esteves Rei, o Museu do Douro, representado pelo seu Director, Fernando Maia Pinto e a Câmara Municipal de Mirandela, representada pelo seu Presidente, José Maria Lopes Silvano, interessados no desenvolvimento de actividades no âmbito do Projecto supramencionado, em anexo, decidem estabelecer o presente protocolo.

Considerando a importância estratégica que as "*Comemorações do Centenário da República*", assumem no processo formativo das populações enquanto meio de aprofundamento da consciência cívica dos cidadãos:

Considerando a intrínseca função cívica e cultural da ACCAC e do MD, enquanto pólos avançados de estudo e de acção humanística e artística:

Considerando a responsabilidade de uma Câmara Municipal enquanto centro de dinamização e promoção de actividades culturais:

O presente protocolo de cooperação interinstitucional visa:

**1.- Objectivos:**

1.1- Homenagear as figuras do Concelho ligadas à implantação da República, através da realização de uma "*Jornada de Celebração dos Republicanos do Concelho*"

1.2- Produzir uma monografia sobre dois deles a divulgar sob a forma de conferência a ter lugar num espaço público da autarquia e integrada na Jornada referida no ponto anterior.

1.3- Mobilizar as Escolas para participarem na vivência do tema e na produção de trabalhos a serem expostos na Escola, ao longo do ano, na sede da Autarquia, aquando da "*Jornada de Celebração dos Republicanos do Concelho*", e no Museu do Douro, a partir do dia 5 de Outubro.

2.- Realização de Actividades:

2.1. Organizar e realizar a "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho". a 25 de Maio, destinada à população da autarquia e cujo programa compreende:

9h30 - Descerrar das bandeiras

10h00 - *Arruada*, com banda ou fanfarra

10h30 - Inauguração da *Exposição: Republicanos Ilustres do Concelho*

- Tomada da palavra pelos Representantes da Associação e da Autarquia

11h30- Conferência sobre o tema, "*República e Republicanos Ilustres do Concelho*" num espaço nobre e aberta à população, por conferencista a convidar

13h00 - Encerramento

3. - Estabelecem e assumem entre si o seguinte:

3.1- A ACCAC:

3.1.1.- A disponibilização programada dos seus serviços e da sua rede de contactos institucionais e profissionais para o levantamento dos Republicanos ilustres do Concelho; o convite a investigadores para elaborarem a monografia sobre os dois representativos e proferirem a conferência na "Jornada das Celebrações".

3.1.2 - Coordenação da realização da "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho".

3.1.3.- Apoio à divulgação pública da iniciativa e dos trabalhos a ela ligados.

3.2- O Museu do Douro

3.2.1.- Coordenação, pelos seus Serviços Educativos, da produção e da exposição dos materiais para as exposições referidas em 1.3.

3.2.2.- Apoio à divulgação pública da iniciativa e dos trabalhos a ela ligados.

3.3 - A Câmara Municipal de Mirandela:

3.3.1.- Disponibilização do espaço nobre da Autarquia para a realização da "Exposição: Republicanos Ilustres do Concelho" e apoio à montagem e realização da mesma.

-3.3.2- Disponibilização do espaço nobre da Autarquia para a realização da *Conferencia* sobre o tema, "*República e Republicanos Ilustres do Concelho*", entre Fevereiro e Junho, em data a programar.

3.3.3- Apoio financeiro de 1.000.00€ à ACCAC para o NIB 0045 2230 40232509049 93, até à data da realização da referida "Jornada de Celebração dos Republicanos Ilustres do Concelho".

3.3.4. Apoio logístico à organização desta, relativamente à Exposição, à Conferência e à Arruada.

Peso da Régua, 6 de Janeiro de 2010

ASSINATURA DOS LEGÍTIMOS RESPONSÁVEIS DAS INSTITUIÇÕES"

----- O Senhor Presidente em 31/03/2010, exarou o seguinte despacho:

"À reunião, após cabimento."

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o protocolo transcrito, após cabimento orçamental, conforme proposto.**

**06 – Conhecimento de Despachos.**

**06/01 – D.U.A. – Secção de Obras Particulares.**

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 06 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

“INFORMAÇÃO N.º 03/2010

Para cumprimento do ponto 3, artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março de 2010 a 06 de Abril de 2010 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Autos de Embargo

Despacho de 19/03/2010 – Zélia Albertina Seixas Aranda – Construção de um muro de vedação, junto a um caminho público, as obras estavam a ser executadas sem alvará de licenciamento passado pela Câmara Municipal de Mirandela, muro construído no tosco, faltando para sua conclusão reboco e restantes acabamentos, sito em Contins.

Despacho de 30/03/2010 – Marcolino José Morais – Encontrava-se a utilizar um armazém em desacordo com o uso fixado no respectivo alvará de utilização, sito em Vila Nova das Patas – Carvalhais.”

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

“INFORMAÇÃO N.º 05/2010

Para cumprimento do ponto 3. artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 08 de Março de 2010 a 06 de Abril de 2010 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Pedidos de Informação Prévia Deferidos

- 7/10 – Manuel João Lisboa – Pedido de informação previa para ampliação de um edifício – Mirandela – Deferido (com condicionalismos) em 31/03/2010;
- 8/10 – Luís Augusto Pinheiro – Pedido de informação previa para construção de uns arrumos – Fradizela – Deferido (com condicionalismos) em 22/03/2010.”

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

“INFORMAÇÃO N.º 08/2010

Para cumprimento do ponto 3. artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março de 2010 a 06 de Abril de 2010 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Licenciamentos Deferidos

- 21/09 – José Alfredo Inácio – Alteração de uma Moradia – Múrias;
- 104/09 – José Manuel de Carvalho Fernandes – Reconstrução de uma habitação – Abreiro;
- 5/10 – Augusto Manuel Mascarenhas – Reconstrução de uns arrumos – Vila Nova das Patas.”

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

“INFORMAÇÃO N.º 08/2010

Para cumprimento do ponto 3. artigo 69º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, alterada pela Lei 5-A/2002 de 11 de Janeiro, informo o Executivo das decisões tomadas durante o período compreendido entre 22 de Março de 2010 a 06 de Abril de 2010 de acordo, com a Competência em mim Delegada, conforme despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009.

Autorizações de Utilização Deferidas

- 40/10 – Helder Miguel Lopes Pala – Habitação – Rua de São Brás – Lamas de Orelhão;
- 42/10 – Nuno Alfredo Monteiro – Habitação R/C – Loteamento Ruivo & Pires – Lote 18 – Mirandela.”

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**06/02 – D.F.I. – Secção de Obras Municipais.**

----- Para conhecimento dos Senhores Vereadores, foi presente o Mapa das Empreitadas em Curso, actualizado em 07 de Abril, que se dá por reproduzido.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**06/03 - DAF – Secção de Taxas e Licenças.**

----- Foram presentes as seguintes informações subscritas, em 06 de Abril, pelo Senhor Vice-Presidente que a seguir se transcrevem:

Informação N.º 17/STI.

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidos as seguintes Licenças de Ocupação de Via Pública durante o mês de Março/2010.

Titular	Área Ocupada	Local
Mirapapel, Lda.	Uma Tela de (56m <sup>2</sup> )	Mirandela
Hilário dos Santos Costa	Painel Publicitário (2m <sup>2</sup> )	Mirandela

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

Informação N.º 18/STI.

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidas as seguintes Licenças de Publicidade, durante o mês de Março 2010:

Titular	Tipo de Publicidade	Local
Cristina Paula do Nascimento Pinto	Publicidade no Toldo (2m <sup>2</sup> )	Mirandela
Marília Teixeira Lopes	Publicidade na Viatura (1m <sup>2</sup> )	Mirandela
Paula Cristina Carmo Freitas	Reclamo Luminoso (2m <sup>2</sup> )	Mirandela
Mirapapel, Lda.	Reclamo Luminoso (25m <sup>2</sup> )	Mirandela
Lakshmi & Afrodite, Lda.	Reclamo Luminoso (3m <sup>2</sup> )	Mirandela

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

Informação N.º 19/STL.

Informe V. Ex.ª, que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 29 de Outubro de 2009, foram emitidos e renovados os seguintes cartões para o exercício da actividade de Vendedor Ambulante durante o mês de Março/10.

**Renovações**

Nome	Artigos	Residência
Ambrósio Monteiro Morais	Frutas e Produtos Agrícolas	Vilares da Vilariaça
Rafael Osório Graciano Tavares	Pão	Carvalhais

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

Informação N.º 20/STL.

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim delegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidos terrenos para sepultura perpetua durante o mês de Março/2010.

Nome	Residência	Cemitério
Maria Eduarda Torres S.Moutinho e Irmãos	Mirandela	Golfeiras

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

Informação N.º 21/STL.

Para conhecimento, informo que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 28 de Outubro de 2009, foram concedidas as seguintes Licenças nos termos do Decreto-Lei n.º 310/2002 de 18 de Dezembro, durante o mês de Março de 2010.

**Licenças de Exploração de Máquinas de Diversão**

Nome do Proprietário	Estabelecimento	Localidade
António Carlos Borges	António Carlos Borges	Mirandela

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

Informação N.º 22/STL.

Informe V. Ex.ª, que no âmbito das competências em mim subdelegadas por despacho de 29 de Outubro de 2009, foram emitidos e renovados os seguintes Cartões de Ocupante do Mercado Municipal durante o mês de Março/10.

**Renovações**

Nome	Artigos	Residência
José Manuel Camelo	Frutas e Hortaliças	Sta. Comba da Vilariaça

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**06/04 - O.A. – Relatório de Gestão do Conselho de Administração – AIN.**

----- Foi presente o Relatório de Gestão do Conselho de Administração de 2009 da AIN – Agro-Industrial do Nordeste, S.A. em 30/03/2010, que se dá por reproduzido.

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**07 – DAF – Contabilidade – Tesouraria – Balancete.**

----- Foi presente o resumo diário de tesouraria referente ao dia 09 de Abril de 2010 que apresenta os seguintes valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS-----	14.653,26€
DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS -----	916.599,02€
TOTAL DE DISPONIBILIDADES -----	931.252,28€
DOCUMENTOS-----	6.253,98€

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**08 – DAF – Autorizações de Despesa – Requisições.**

----- Foi presente a informação n.º 08/DAF-SA-RC/09 de 09/04/2010 da Divisão Administrativa e Financeira:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 26 de Março a 08 de Abril de 2010, foram efectuadas as Requisições com os n.ºs 734 a 760, 762 a 790, perfazendo o valor total de **13.621,85€**:

Nome do Responsável	Valores em Euros
António José Pires Almor Branco	9.478,16
Maria Gentil Pontes Vaz	3.914,85
José Assunção Lopes Maçaira	228,84
Requisições de valor igual ou inferior a 200,00€	2.547,88
Requisições de valor superior a 200,00€	11.073,97

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**09 – DAF – Secção de Contabilidade – Autorizações de Despesa e Ordens de Pagamento.**

----- Foi presente a informação n.º 08/DAF-RC 09/04/2010 que a seguir se transcreve:

Em cumprimento da Deliberação da Câmara Municipal de 28 de Outubro de 2009, cumpre informar o Executivo que, no período compreendido de 26 de Março a 08 de Abril de 2010, foram efectuadas as seguintes autorizações de pagamento:

DESCRIÇÃO	Valores em Euros
Ordens de Pagamento Orçamentais autorizadas	371.976,62
Ordens de Pagamento de Operações de Tesouraria	228,96

**A Câmara Municipal tomou conhecimento.**

**10 – Secção de Património – Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial.**

----- Foi presente a acta da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial de 26/01/2010, com o seguinte teor:

**\*COMISSÃO DE ANÁLISE DE PEDIDOS DE AQUISIÇÃO DE TERRENOS NA ZONA INDUSTRIAL**

----- Aos vinte e seis dias do mês de Janeiro de 2010, pelas quinze horas e dez minutos, reuniu-se na Câmara Municipal de Mirandela, sob a Coordenação do Senhor Vice-Presidente António José Pires Almor Branco, a Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial de Mirandela.-----

Estiveram presentes a este acto:

- Rui Carlos Espinhosa Cepeda, em representação da Associação Industrial e Comercial de Mirandela;
- Júlia Maria Almeida Lima Sequeira Rodrigues, em representação do Instituto de Emprego e Formação Profissional – Centro de Emprego de Mirandela;
- Maria do Céu Lima Inácio, Coordenadora Técnica da Secção de Património da Câmara Municipal;

a. fim de debater os seguintes pontos de ordem de trabalhos:

- 1 - Análise de várias candidaturas;
- 2 - Conclusão de investimento;
- 3 - Assuntos Diversos

Ponto 1: – Foram presentes 10 processos para análise:

- Higitotal – Sistemas e Produtos de Higiene, Lda.;
- Manuel Nunes Rodrigues;
- Lomax – Produtos de Higiene e Desinfecção, Lda.;
- José Fernando Pereira Morais;
- João Evaristo, distribuição alimentar;

- António Luis Rodrigues Correia;
- Orlando José Ferreira;
- Afonso José Silva Pinheiro;
- Afonso José Silva Pinheiro;
- António Manuel Bata Alves.

----- Quanto às candidaturas apresentadas pelas Firmas: - Higitotal – Sistemas e Produtos de Higiene, Lda.; Manuel Nunes Rodrigues; Lomax – Produtos de Higiene e Desinfecção, Lda.; José Fernando Pereira Morais; João Evaristo, distribuição alimentar ; António Luis Rodrigues Correia; Orlando José Ferreira; Afonso José Silva Pinheiro; Afonso José Silva Pinheiro; António Manuel Bata Alves, todas as candidaturas foram aceites tendo a comissão emitido parecer positivo, ficando no entanto condicionados à existência de espaço disponível.-----

Ponto 2: Conclusão de investimento

----- Relativamente ao investimento da construção, através da apresentação da Licença de Utilização emitida pela Câmara Municipal que os armazéns já reúnem as condições para poderem proceder à criação dos postos de trabalho expressos nas respectivas candidaturas, foi verificado que a Firma Higitotal – Sistemas e Produtos de Higiene, Lda., António José Vaz Pereira e ainda a Firma Elitua – Telecomunicações & Electricidade, cujo requerimento deu entrada neste dia e o qual foi aceite pela Comissão, sendo proposta a realização de escritura de Propriedade Plena (Compra e Venda), nos termos e procedimentos habituais.

Ponto 3: Assuntos Diversos

----- Quanto ao requerimento apresentado por Israel dos Santos Teixeira, a Comissão deliberou após não haver consenso sobre o assunto retira-lo da ordem do dia e o representante da Câmara propôs-se a apresentar todo o processo na próxima reunião para posterior análise.

----- Quanto ao requerimento apresentado por Maria Alcina Santulhão, foi decidido que a requerente deverá apresentar uma candidatura nos termos do Regulamento da Zona Industrial.

----- Neste Ponto a Dr.ª Júlia Rodrigues pediu escusa deste assunto dado o lote mencionado no requerimento da requerente ser de um seu familiar.

----- A Comissão decidiu propor à Câmara Municipal de Mirandela a ratificação da presente acta e a deliberação nos termos do proposto nos Pontos 1, 2 e 3.-----

----- E por nada mais haver a tratar, deu-se por encerrada a sessão, quando eram dezassete horas, e de que se lavrou a presente acta que vai ser lida e assinada pelos presentes.”

----- O Senhor Vice-Presidente em 01/042010, envia à reunião.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: De certa forma eu discordo um pouco disto. Os terrenos são da Câmara Municipal, são infraestruturados pela Câmara Municipal, são dados a um preço relativamente baixo às empresas e depois por uma questão de financiamento das ditas empresas, tem de se lhes dar a propriedade plena.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que não era por uma questão de financiamento. Antes de concluírem o investimento atribui-se o direito de superfície, depois do financiamento estar concluído é que se permite e propriedade plena.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Mas não fica assegurado que as empresas ao fim de algum tempo venda a estrutura e que faça um negócio disso.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que a partir de agora iria ficar assegurado. O que diz o regulamento, é que a partir do momento em que o investimento está concretizado, o que estava a acontecer é que na propriedade plena não havia uma cláusula de salvaguarda pelo menos com algum tempo.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO disse: O alargamento da Zona Industrial já vai evitar esse tipo de situações. Com o aumento da oferta já evita que esse tipo de especulação possa ser feito.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que não, pode sempre acontecer. Uma coisa é uma empresa que se estabelece efectivamente. Isso só pode ser feito através de uma cláusula de inalienabilidade, mas para isso terá que haver uma alteração ao regulamento.

Se tiverem o financiamento garantido já podemos protelar esta situação durante mais tempo. Um dos problemas que tem acontecido é, com o direito de superfície as empresas têm dificuldades em obtenção do financiamento, é quase impossível para uma empresa construir sem recorrer ao empréstimo bancário e os bancos não davam o financiamento sob o direito de superfície, neste momento já se conseguiu ultrapassar essa situação, já se conseguiu arranjar uma minuta de um contrato que salvaguarda os dois.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: A questão primordial é esta, a Câmara compra terrenos a um preço de mercado, infraestruturados e depois a uma cotação baixa para provocar investimento e desenvolvimento, vende as parcelas às empresas. O que acontece é que, uma empresa recorre ao crédito para fazer o investimento do pavilhão, estamos a falar de um investimento de cerca de duzentos mil euros, se essa empresa não tem condições financeiras para fazer esse investimento e que tem de colocar o terreno mais o pavilhão como garantia no banco, então que coloque à Câmara, porque a Câmara já perdeu. A garantia que deveria ser dada pela empresa que está a construir, que seja a Câmara a dá-la ao banco.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que isso já foi feito, nomeadamente com as PME2, conseguiu-se arranjar uma minuta que permite que isso seja feito.

----- A Senhora Vereadora Dr.ª GRAÇA CALEJO perguntou: Para quando o alargamento da Zona Industrial?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que neste momento está a ser efectuado um projecto de alargamento, o referido projecto pressupõe o alargamento por toda a área que já está considerada no actual PDM. O objectivo que temos, é candidatar esta Zona Industrial ao Programa de Áreas de Localização Empresarial, que neste momento está aberto no ON2 e assim conseguirmos meios financeiros para o financiamento, dado que é um investimento muito grande.

Assim que o projecto esteja pronto iremos ver a capacidade de financiamento que teremos para ele.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Não se dizia que já não era possível o alargamento da Zona Industrial, que estava a colidir com o Plano Director Municipal?

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que com o actual PDM ainda é possível, ele termina praticamente nos terrenos da Escola Agrícola de Carvalhais.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO perguntou: Relativamente ao Plano Director Municipal, há relatório de acompanhamento do que está a ser feito? Já temos um Plano Director novo? Como está essa situação?

----- O Senhor Director de Departamento de Urbanismo e Ambiente, Arq.º António Carvalho autorizado a intervir disse: Houve uma reunião com a equipa projectista, ficaram de enviar uma proposta de actualização de honorários, dado que a continuação da intervenção do PDM implica a observância de nova legislação, que não estava prevista no primeiro contrato. Haverá depois uma reunião entre a Câmara e a referida equipa, para se fazer o ponto da situação, depois teremos também uma reunião com a CCDRN, para definir a comissão de acompanhamento e depois prosseguir os trabalhos.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que foram feitas duas propostas de alteração, uma para o PDM e outra para o Plano de Urbanização e não mereceram a aprovação, nem acordo dos técnicos da Câmara e por isso é que está a ser redefinida toda a estratégia em torno do que nos foi apresentado.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: As situações são definidas nos Planos Directores Municipais e muito bem, mas muitas pessoas têm questionado a questão do Plano Director Municipal, e a ideia que eu tinha era precisamente esta, era que ainda não havia uma evolução concreta.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que há uma proposta.

----- O Senhor Vereador Eng.º JOÃO CASADO disse: Não me parece que dentro de cada freguesia do município, a informação esteja a ser correctamente transposta. Isso a médio e longo prazo vai trazer problemas, como traz agora.

----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO esclareceu que o PDM é um elemento de participação, uma das obrigadoriedades que tem a nova legislação, é que o PDM tem de estar em formato digital disponível na Internet e o que nós iremos fazer é colocá-lo antes da aprovação disponível para que todas as pessoas o possam verificar. Ninguém vai aprovar o PDM sem participação pública.

**DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por maioria, com 6 votos a favor e 1 abstenção do Senhor Vereador do PS, Eng.º João Casado, ratificar a proposta da Comissão de Análise de Pedidos de Aquisição de Terrenos na Zona Industrial.**

#### DEPARTAMENTO DE FOMENTO E INFRAESTRUTURAS

##### **11 – Apoio Técnico para Elaboração de um Concurso para Instalação.**

----- Foi presente um requerimento com entrada n.º 18/03/2010, com o seguinte teor:

“Assunto: Apoio Técnico para elaboração de um concurso para instalação.

Exmo. Senhor Vereador, Eng.º António Branco

Não possuindo esta escola recursos humanos habilitados e rotinados na preparação de concursos, mesmo que limitados, solicito a V.ª Ex.ª a colaboração dos serviços da Câmara Municipal na preparação e elaboração do dossier a concurso, em tempo útil.

Com os melhores cumprimentos.”

----- O Senhor Vice-Presidente em 31/03/2010, exarou o seguinte despacho:

“À reunião.

Uma vez que a EPA não possui meios técnicos para o presente processo, proponho a aprovação do apoio técnico, conforme o solicitado.”

----- A Senhora Vereadora Dr.ª JÚLIA RODRIGUES perguntou: É para a instalação de quê?

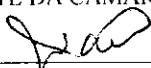
----- O Senhor Vereador Eng.º ANTÓNIO BRANCO informou que era para um lagar.

**DELIBERAÇÃO:** A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o pedido de apoio técnico à Escola Profissional de Agricultura e Desenvolvimento Rural Carvalhais/Mirandela, conforme solicitado.

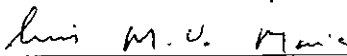
----- E não havendo mais nada a tratar, a Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a presente acta em minuta nos termos e para os efeitos consignados nos n.ºs 2 a 4, do art. 92º, da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5 - A/02, de 11 de Janeiro, a qual vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim Luís M. V. Maia, que a elaborei e mandei transcrever.

----- Seguidamente foi encerrada a reunião, eram 11 horas e 40 minutos.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
\_\_\_\_\_  
DR. JOSÉ MARIA LOPES SILVANO

O DIRECTOR DO DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO  
GERAL E FINANÇAS

  
\_\_\_\_\_  
DR. LUÍS MÁRIO VIEIRA MAIA